

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo foi elaborado sob a orientação do Conselho Nacional de Justiça e está alinhado a Estratégia Nacional do Poder Judiciário. O ano de 2020 encerrou um ciclo do Planejamento Estratégico iniciado no ano de 2015, sob a égide da Resolução CNJ nº 198/2014. O Planejamento estratégico do TJES foi aprovado/revisado pela Resolução TJES nº 12/2019.

As atividades relacionadas com o Planejamento Estratégico no ano de 2020 foram desenvolvidas, mesmo diante de um cenário adverso haja vista as dificuldades advindas com a Pandemia instalada pelo novo Corona Vírus. A realização de atividades por meio do trabalho remoto, permitiu o acompanhamento das iniciativas estratégicas elencadas naquele documento.

Foi realizada uma Reunião de Avaliação da Estratégia no dia 24 de agosto de 2020, oportunidade em que foram tratados os seguintes pontos de pauta: 1 – Acompanhamento do Planejamento Estratégico (2015 – 2020), 2 – Diretrizes para a Elaboração do Planejamento Estratégico 2021 – 2026 e 3 – Dados Estatísticos.

### DOS RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – 2015 -2020.

A seguir estão elencadas as iniciativas estratégicas desenvolvidas e relacionadas com cada Macrodesafio estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça de forma a demonstrar o alinhamento necessário entre ambos, bem como a realização até o ano de 2020.

As informações aqui prestadas correspondem às mesmas enviadas ao Conselho Nacional de Justiça que nos solicita anualmente o envio das Iniciativas Estratégicas consideradas mais relevantes dentro de cada Macrodesafio identificado.

Registra-se que ainda não foi possível a aquisição do sistema de acompanhamento do Planejamento Estratégico, o que muito prejudica o seu efetivo monitoramento.

#### **Macrodesafio 1: Garantia dos Direitos de Cidadania**

Objetivo estratégico: Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça

Iniciativa estratégica: Implantação da Central de Depoimento Especial

Resultados:

2016	2017	2018	2019	2020
Realização de 04 audiências.	Criação de uma sala especial equipada. Realização de 21 audiências com uma média de atendimentos/depoimentos de 03 (três) crianças/adolescentes por	Sem medição	Realização de 44 audiências	Realização de 45 audiências

	audiência.			
--	------------	--	--	--

Iniciativa estratégica: Projeto Meu Pai é Legal

Resultados:

2016	2017	2018	2019	2020
Sem medição	517 solicitações de reconhecimento de paternidade, sendo deferidas 503 espontâneas e 14 mediante ações judiciais.	101 reconhecimentos voluntários de paternidade	83 reconhecimentos voluntários de paternidade	24 reconhecimentos voluntários de paternidade

Iniciativa estratégica: Expandir a atuação da Central de Justiça Restaurativa

Resultados:

2018	2019
<p>1. Assinatura de Protocolo de Cooperação Interinstitucional com o Governo do Estado do Espírito Santo, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público e a Defensoria Pública, a fim de instituir e implantar no sistema socioeducativo as Justiça Restaurativa, Práticas Restaurativas e Mediação.</p> <p>2. Acordos de Cooperação firmados, com a Prefeitura de Vila Velha, a Polícia Militar do Estado, a Prefeitura de Mimoso do Sul, a Prefeitura de Guarapari e ainda com o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo – IASES, no intuito de instituir as Mediação Escolar, Mediação Comunitária, Comunicação Não-Violenta e Círculos de Construção de Paz como ferramentas a serem utilizadas nas Instituições signatárias.</p>	<p>1. Publicação do Ato Normativo Conjunto nº 007/2019 que instalou o 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Poder Judiciário deste Estado, denominado CEJUSC Justiça Restaurativa.</p>

2020
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Foram realizados 98 círculos virtuais diretos (ofertados pelo Programa Reconstruir o Viver) e indiretos (pelas instituições parceiras);</li> <li>– Um (01) encontro virtual de facilitadores de círculos;</li> <li>– Cinco (05) reuniões de alinhamento e planejamento;</li> <li>– Uma (01) Formação em Comunicação Não Violenta para Polícia Militar de Goiás,</li> <li>– Curso de Comunicação Não Violenta para o Ministério Público;</li> <li>– Curso de Fundamentos de Comunicação Não Violenta e Reconhecimento e Cura do Trauma;</li> <li>– Um (01) Webinar sobre círculos Conflitivos para facilitadores de Justiça Restaurativa;</li> <li>– Um (01) Círculo online de resolução de conflito na 2ª Vara da Infância e Juventude de Vila Velha/ES;</li> <li>– Três (03) reuniões online de planejamento e estratégia e 2 círculos online com os internos, com a participação de 3 internos em cada círculo.</li> <li>– Dois (02) círculos online com os internos da Unidade Prisional de Linhares, com a participação de 3 internos em cada círculo;</li> <li>– Realizado o 1º Seminário Internacional de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em 20 de novembro de 2020</li> <li>- Realizado o I Encontro Remoto de Facilitadores de Justiça Restaurativa;</li> </ul>

## Macrodesafio 2: Combate a Corrupção e a improbidade Administrativa

Objetivo estratégico: Combater a corrupção e a improbidade administrativa

Iniciativa Estratégica: Executar as ações de monitoramento e de avaliação de controles Internos previstos no Plano Anual de Auditoria

Ação: Elaboração e envio as unidades competentes, de Alertas à Gestão, objetivando informar sobre as mudanças na legislação/regulamentação aplicável ao PJES, como também das boas práticas de gestão pública.

Resultados:

2018	2019	2020
1. Serviço de Alerta 24 Alertas emitidos	1. Serviço de Alerta 34 Alertas emitidos	1. Serviço de Alerta: 43 alertas emitidos
2. Auditorias 04 Auditorias realizadas	2. Auditorias 04 Auditorias realizadas	2. Auditorias: 05 auditorias realizadas

Iniciativa Estratégica: Atualizar o Portal da Transparência do TJES de acordo com os novos parâmetros fixados pelo CNJ

Resultados

2018	2019	2020
% de Itens de informação atendidos: 59,21%	% de Itens de informação atendidos: 62,50%	% de Itens de informação atendidos: 82,14%

  

ANO	TOTAL DE PONTOS A SEREM CONCEDIDOS PELO CNJ	PONTUAÇÃO RECEBIDA	% DE CUMPRIMENTO PJES
2018	152	90	59,21%
2019	136	85	62,50%
<b>2020</b>	<b>224</b>	<b>184</b>	<b>82,14%</b>

## Macrodesafio 3: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Objetivo estratégico: Dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais

Iniciativa Estratégica: Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário

Resultados(\*)

2016	2017	2018	2019	2020
Sem medição	Sem medição	54 de 90 (60%)	75 de 90 (83%)	79 de 90 (88%) Considerando as limitações impostas pela pandemia, o prazo para conclusão da iniciativa foi transferido para 2021.

\*Considera-se que uma unidade judiciária pertence ao sistema integrado de segurança eletrônica do PJES quando a mesma possui sistema de monitoramento eletrônico por câmeras e/ou por alarmes.

Meta para 2020: 100%.

Objetivo estratégico: Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade  
 Iniciativa Estratégica: Implantação do Processo Judicial Eletrônico

Resultados

2016	2017	2018	2019	2020
Implantação nas competências "Execução Fiscal Estadual" e "Execução Fiscal Municipal" em 27 unidades judiciárias.	- Implantação nas competências "Execução Fiscal Estadual" e "Execução Fiscal Municipal" em 17 unidades judiciárias. - Implantação na competência "Juizado Especial Cível" em 19 unidades judiciárias. - Implantação nas competências "Execução Fiscal Estadual" e "Execução Fiscal Municipal" e "Juizado Especial Cível" em 29 unidades judiciárias. - Implantação em 2 Turmas Recursais do Juizado Especial Cível.	- Expansão para a competência "Juizado Especial Cível" em 23 unidades judiciárias. - Implantação na competência "Recuperação Judicial e Falência" em 1 unidade judiciária. - Implantação nas (3) demais Turmas Recursais do Juizado Especial Cível.	- Migração para a versão 2.1 - Implantação do "Agravo de Instrumento Cível" no Tribunal de Justiça (4 Câmaras Cíveis).	Implantação na competência "Juizado Especial Cível" em 22 unidades judiciárias. - Expansão para demais competências Cíveis "Cível, Falência e Recuperação Judicial, Registro Público, Meio Ambiente, Família, Fazenda Pública Municipal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Federal (Competência Delegada), Juizado Especial da Fazenda Pública, Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude – Seção Cível e Acidentes do Trabalho" em 55 unidades judiciárias. - Expansão para "Apelação Cível, a Remessa Necessária e os Incidentes de Impedimento e Suspeição" no Tribunal de Justiça (4 Câmaras Cíveis).

\* Implantação - PJe previamente inexistente na unidade judiciária.

\* Expansão - PJe previamente existente na unidade judiciária, em outra competência

Iniciativa Estratégica: Aprimorar a realização de mutirões para acelerar a produção e produtividade de Unidades Judiciárias.

#### Resultados

2019
Instituição por meio do Ato Normativo nº 084/2019 da Força Tarefa, a ser exercida de forma contínua, para fins da Resolução CNJ nº 219/2016. Produção de 1758 minutas de despachos decisões e sentenças, assim distribuídas: 562 processos da 4ª Vara Cível de Vitória 336 processos da Vara Única de Presidente Kennedy 246 processos da 1ª Vara de Pancas 360 processos da 8ª Vara Cível de Vitória 121 processos da 1ª Vara Cível de Colatina 133 processos da 4ª Vara Cível de Vila Velha

2020
Produção de 5055 minutas de despachos decisões e sentenças, assim distribuídas: 196 processos da 11ª Vara Cível de Vitória 799 processos da 1ª Vara Cível de Colatina 159 processos da 1ª Vara Cível de Vila Velha 186 processos da 1ª Vara Cível de Vitória 180 processos da Vara de Afonso Claudio 007 processos da 2ª Vara de Fazenda de Cachoeiro de Itapemirim 148 processos da 2ª Vara Cível de Serra 148 processos da 2ª Vara Cível de Guarapari 370 processos da 2ª Vara Cível de Vila Velha 146 processos da 2ª Vara Cível de Vitória 340 processos da 2ª Vara Cível O.S de Cariacica 390 processos da 3ª Vara Cível de Vila Velha 175 processos da 3ª Vara Cível O.S de Cariacica 489 processos da 4ª Vara Cível de Vila Velha 020 processos da 5ª Vara Cível de Vila Velha 322 processos da 5ª Vara Cível de Vitória 006 processos da 6ª Vara Cível de Vila Velha 436 processos da 6ª Vara Cível de Vila Velha 378 processos da 6ª Vara Cível de Vitoria 006 processos da 7ª Vara Cível de Vitória 154 processos da Vara Cível da Fazenda Pública Estadual Municipal de Registros Públicos e do Meio Ambiente de Viana

Objetivo estratégico: Elevar a Produtividade do Poder Judiciário

Iniciativa Estratégica: Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade

#### Resultados

2020
<u>Disponibilização do trabalho remoto:</u> a) Implementação e disponibilização de acesso remoto seguro às estações de trabalho. b) Viabilização do funcionamento das variadas plataformas de web conferência e comunicação (Zoom, Webex, Whatsapp, Teams, Skype). c) Configuração de redirecionamento de ligações telefônica, para viabilizar a continuidade do atendimento por este canal. d) Conclusão de estudos para subsidiar a expansão da capacidade da rede dados de todas as unidades do PJES. e) Melhorias no serviço de Correio Eletrônico

#### Macrodesafio 4: Adoção de Soluções Alternativas de Conflito

Objetivo estratégico Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos

Iniciativa Estratégica: Realizar Mutirões de Conciliação

Resultados

2016	2017	2018	2019	2020
05*	09*	15 (quinze) eventos de conciliação realizados, tendo sido atendidas 2260 pessoas.	11 (onze) eventos de conciliação realizados, tendo sido atendidas 1.877 pessoas	06 (seis) mutirões/pautas concentradas com temas diversos (on-line e presenciais)

#### (\*) Anos de 2016 e 2017

Audiências de Conciliação realizadas pré-processuais	0	477	A tendência desta prática é diminuir e ser substituída por pautas periódicas com empresas das mais diversas áreas de atuação, pois o objetivo é trabalhar de forma a não haver mais demanda represada nas Varas.
Audiências de Conciliação realizadas processuais	302	1135	
Número de acordos	0	1416	
Número de Pessoas atendidas	340	2241	

Iniciativa Estratégica: Apoiar mecanismos externos de solução de conflitos, contribuindo para a redução da judicialização.

Resultados

2018	2019	2020
<p>1. Realização de 05 (cinco) Oficinas de Divórcio e Parentalidade, onde genitores e seus filhos tem acesso a vídeos e diálogos pacificadores e normalizadores sobre o divórcio ocorrido.</p> <p>2. Realização de eventos relativos aos novos métodos de solução de conflitos existentes</p>	<p>1. Realização de 09 (nove) Oficinas de Divórcio e Parentalidade, onde genitores e seus filhos tem acesso a vídeos e diálogos pacificadores e normalizadores sobre o divórcio ocorrido.</p> <p>2. Realização de eventos relativos aos novos métodos de solução de conflitos existentes.</p> <p>3. Realização de eventos com o objetivo de sensibilizar todos os atores envolvidos nas mediações, bem como, os estudantes de direito e membros de equipes multidisciplinares, visando a disseminação da cultura da paz.</p>	<p>Paralelo à expansão dos projetos de oficina e Parentalidade nos CEJUSCs, foi implantado* o Projeto de Atenção à Família, que utiliza durante suas fases, ferramentas como a mediação, oficina de pais e filhos, roda de conversa e constelação familiar.</p> <p>(*) Projeto piloto em um CEJUSC.</p>